

Mapeando a competição: padrões de votação em São Paulo entre 2008 e 2016

Graziele Silotto²⁴

Introdução

Em que termos a competição partidária pela prefeitura de São Paulo se organiza? Analistas (Limongi e Mesquita, 2008), desde 1988 até, pelo menos, 2004, são contundentes em afirmar que a disputa se dá consistentemente entre os extremos do espectro ideológico. Ou seja, a competição da prefeitura da cidade se daria entre os polos opostos de um *continuum* no qual se poderia alocar os partidos que travam a disputa. Esses polos seriam representados, de um lado, por partidos de esquerda, e de outro, pelos partidos de direita. O centro teria sido viável em 1985, mas seu papel foi sendo, ao longo do tempo, esvaziado como uma consequência da incapacidade do PMDB em se postular ao longo das eleições (ver Meneguello & Bizzarro Neto, 2012). Mas quem são os eleitores que votam em cada oposto do espectro? Como eles se distribuem?

O comportamento dos eleitores tem sido amplamente investigado na Ciência Política brasileira em diferentes níveis de governo (Limongi e Mesquita, 2008; Carreirão, 2007 e 2007; Izumi, 2017, entre outros). Costumou-se dividir as correntes teóricas que se propõem a explicar tal fenômeno em três (ou quatro²⁵) diferentes escolas: a sociológica, a psicossociológica, e a escolha racional (ver Figueiredo, 1991; Singer, 1999); para cada uma delas haveria uma motivação diferente por trás da decisão eleitoral. Essa tendência teve início em meados da

24 Graziele Silotto é mestre e doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Atua como pesquisadora no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e no Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (Neci-USP). Agradeço às sugestões e comentários de Pedro de Castro, e a ajuda com dúvidas de programação e georreferenciamento de Marina Merlo, Gabriel Zanlorenssi, e, sobretudo, de Nathan Giachetta V. Alves e Jefferson Leal.

25 A geografia do voto não se constitui propriamente como uma escola teórica (Figueiredo, 1991), mas sua abordagem e técnicas têm sido empregadas para oferecer explicações sobre a dispersão dos votos, mais do que sobre o comportamento dos eleitores em si – área da qual estudos são incipientes.

década de 1950, e desde então guiam as interpretações sobre as motivações da escolha do voto direta ou indiretamente.

Para o modelo da escola sociológica seria o contexto histórico, socioeconômico e cultural que mais incidiriam sobre a escolha eleitoral. A relação criada e estabelecida entre o candidato e o eleitorado seria responsável por criar laços e identidades que uniria aqueles com interesses em comum. Seria no interior dos grupos que votam juntos que reside a explicação: aquilo que os indivíduos possuem em comum e suas interações (Lazarsfeld *et al.*, 1966). Conforme Figueiredo, “são as condições sociais objetivamente vividas que formam as atitudes políticas. Essas formam campos de consciência política que passam a responder apelos políticos conforme o contexto social” (p.61, 1991). Seria, nesse sentido, o sentimento de classe, sobretudo, o poder aquisitivo, responsável por explicar a escolha do eleitor (Lipset, 1967), somado aos efeitos dos meios de comunicação (Carreirão, 2008). Nesta interpretação, conforme MacIver, “a direita é o setor partidário associado com os interesses das classes superiores, ou dominantes, a esquerda é o setor expressivo das classes sociais ou econômicas inferiores e o centro é o das classes médias” (MacIver, 1947, *apud* Lipset, p. 233, 1967).

Já para a abordagem psicossociológica²⁶, ou “Escola de Michigan”, seriam fatores psicológicos e a sociabilidade construída no ambiente mais próximo do indivíduo durante sua vida que explicariam a identificação partidária dos eleitores e, conseqüentemente, seu voto. A unidade de análise é o indivíduo e é a partir da empatia construída entre ele e o candidato que impulsiona a decisão. Vale ressaltar que, conforme Campbell *et al* (1960), a empatia tem um sentido afetivo, e não um conteúdo ideológico forte (como um conjunto estruturado e coeso de ideias que guia a ação política, conforme a distinção proposta por Sartori, 1969).

Por fim, as análises filiadas à escolha racional postulam que a motivação da escolha eleitoral é um cálculo econômico, sendo que o candidato favorito é aquele que proporcionará mais benefícios. Num contexto multipartidário, o eleitor escolheria o candidato que pode lhe oferecer mais benefícios (num sentido de contemplar seus interesses) dada a sua probabilidade de vencer (Downs, 1957)²⁷. Essa escolha precisa de informações para ser feita (Lau & Redlawsk, 2006) e, nesse sentido, a ideologia e o partido serviriam como atalhos para embasar o

26 Ou ainda “Escola de Michigan”, onde Campbell & Center (1960) em *The American Voter* primeiro elaboraram a teoria psicológica.

27 O que, eventualmente, implica que a escolha se dá pelo segundo preferido porque este tem mais chances de vencer frente ao primeiro preferido, conforme Downs (p.70, 1957). Convencionou-se chamar isso de teoria espacial do voto.

voto (Downs, 1957), funcionando como “um simplificador do universo político” (Castro, p.3, 1992). Desta perspectiva economicista de escolha racional, a decisão do eleitor, portanto, aconteceria por meio das informações que ele consegue obter (via ideologia, por exemplo) com vistas à maximização de seus benefícios.

Cada qual postulando uma diferente motivação para o comportamento eleitoral, essas três teorias de explicação do voto são, a princípio, concorrentes. Ou o eleitor votaria racionalmente, ou com base em estruturas de classe, no seu poder aquisitivo, ou poderia ainda escolher com base nos laços que cria com um partido ou um candidato ao longo da vida. Isoladamente, as três abordagens se mostraram incapazes, entretanto, de explicar o comportamento eleitoral (Castro, 1992).

Por outro lado, Figueiredo (1991) já apontara elementos em comum às três escolas ao pontuar que todas elas “sugerem que os eleitores posicionam os candidatos num *continuum*, aproximando-se ou distanciando-se de um ponto de referência, que é onde o ‘interesse’ do eleitor se situa” (p.147). Decorre disso que se eleitores têm interesses e baseiam suas escolhas neles, ao fazê-lo, eles tomam decisões que são, acima de qualquer coisa, racionais: votar em um candidato em detrimento de outro porque este melhor corresponde às suas expectativas, beneficiando-o sob qualquer perspectiva – esta é uma atitude essencialmente racional. Lipset já afirmara o componente “*interesse*” como central e, principalmente, racional (1967, p. 236). Conforme Castro,

“Preferências partidárias podem ser consideradas como expressão de identidades baseadas em visões difusas, simplificadas, “econômicas do mundo”, como expressão, enfim, de ideologias” (p.18, 1992).

As ideologias, às quais Castro se refere, englobam as duas formas propostas por Sartori (1969). Tanto no sentido forte, de valor ideológico, característico das camadas mais politizadas, como também no sentido fraco downsiano, isto é, a ideologia enquanto simplificação do mundo político. Nesse sentido, tanto eleitores sofisticados quanto os menos escolarizados agiriam racionalmente, cada qual com base nas informações de que dispõem para promover suas escolhas. Ou seja, a despeito do “conteúdo” ideológico da escolha, toda escolha é racional, seja porque eleitores decidem com base em questões ideológicas profundas, em *issues* (conforme Castro, 1992), seja com base na diferenciação básica esquerda e direita das dimensões partidárias, como apontam Inglehart e Klingemann (1976).

Izumi (2017) endossa esse argumento analisando o caso brasileiro. O autor mostra empiricamente que a identificação partidária (e, no sentido de Castro, ideológico) é um forte preditor do voto, independente de classe social ou escolaridade. Ao analisar as eleições presidenciais de 2010, o autor mostra que o

continuum esquerda-direita, utilizado como aponta Singer (1999)²⁸, funciona para prever tanto o voto do eleitorado mais sofisticado (em 100% dos casos), como das camadas mais baixas, menos escolarizadas (em 88% dos casos)²⁹. Ou seja, a despeito da “sofisticação” do eleitor, é possível encontrar motivações ideológicas e identificação partidária no voto de qualquer camada social no Brasil.

Nesse mesmo sentido, este trabalho pretende adotar tal perspectiva. Certamente, são várias as motivações que levam o eleitor fazer as suas escolhas. A despeito delas, argumenta-se aqui que, antes de tudo, a escolha do voto é, em si, racional. Cabe, portanto, ressaltar que a restrição da análise a uma ou outra escola deixa de considerar o leque de possibilidades as quais engendra a decisão do voto ao eleitor.

Assim, somada à racionalidade característica de toda decisão eleitoral, fato atestado pela literatura (Castro, 1992; Lipset, 1967), o diagnóstico é que o eleitorado posiciona seus candidatos ao longo do *continuum* esquerda-direita porque usa o espectro ideológico como um atalho heurístico, no qual aloca seus próprios interesses (Figueiredo, 1991). Essa alocação e o uso do espectro independem da sofisticação política do eleitor (Izumi, 2017), ou seja, eleitores de qualquer escolaridade ou classe social conseguem se posicionar entre os extremos do espectro e escolher candidatos característicos desses extremos.

Se, conforme Lipset (1967) e MacIver (1947), a direita se associa com os setores mais escolarizados e ricos, enquanto candidatos da esquerda estariam mais próximos espacialmente de um eleitorado mais carente e menos sofisticado, cabe questionar se isso se espelha nas eleições paulistanas. Limongi e Mesquita (2008) apontam que entre 1985 e 2004 a competição paulistana se dá entre os extremos do *continuum* no qual candidatos e o eleitorado estão distribuídos. E após 2004, a competição paulistana continua de acordo com os argumentos da literatura?

O objetivo deste artigo é explorar os padrões de competição partidária na cidade de São Paulo entre 2008 e 2016 sob a batuta da escolha racional, tendo em vista as potenciais motivações do voto do eleitor paulistano. Para empreender tal análise, será utilizada a classificação de partidos ao longo do espectro ideológico proposta por Power e Zucco (2011), complementada por Mainwaring *et*

28 Esquerda e direita sinalizariam uma orientação ideológica geral do eleitor na arena política.

29 Essa conclusão é tema controverso na Ciência Política brasileira. Carreirão (2002, 2007) argumenta que somente as camadas mais escolarizadas votaram ideologicamente nas eleições presidenciais entre 1989 e 2006. Como a grande maioria do eleitorado brasileiro seria desinformado (p.17), apenas uma minoria embasaria seu voto em fatores ideológicos. Ainda assim, os resultados de Izumi (2017) são contundentes ao provar empiricamente que identificação partidária-ideológica independe da sofisticação política do eleitor.

al (2000)³⁰. A partir dessa classificação alocou-se os partidos competitivos das eleições para o Executivo municipal ao longo do espectro. O pressuposto é que somada à motivação do eleitor, a saber, sua identificação ideológica e/ou partidária, o modelo downsiano da teoria espacial do voto garantirá que o eleitor consiga escolher o candidato mais próximo de seus interesses ao longo do espectro.

Um primeiro passo foi sistematizar os padrões conhecidos entre 1985 e 2004. Tal histórico foi feito com base em estudos que contemplam o período, explorando quais eram as bases de votação dos candidatos à prefeitura à época. Nesse período, sobretudo após as eleições de 2000, se formatou a competição atual, estruturada entre os extremos do *continuum* ideológico – esquerda e direita. O segundo passo consistiu em incutir nos dados das eleições de 2008, 2012 e 2016. Para tal foram usados dados de voto na menor agregação possível, ou seja, para cada uma das urnas. Com isso foi possível fazer afirmações sobre flutuações das preferências do eleitorado na sua menor unidade, captando movimentos sutis. Já para fazer inferências sobre a renda do eleitorado, foram utilizadas informações da média de escolaridade também por seção eleitoral, isto é, a média da escolaridade de cada uma das urnas.

A análise aponta que o eleitorado mais carente e menos escolarizado, grosso modo, vota pela alternativa à esquerda; enquanto camadas mais escolarizadas e ricas optam pelas opções à direita, como previram MacIver e Lipset (1967). O único ator fixo no espectro ideológico e presente em todas as competições, até então, foi o PT pela esquerda. A direita, mais recentemente ocupada pelo PSDB, foi objeto de disputa desde o início, tendo vitórias do PP, DEM e PSDB. Há, entretanto, ressalvas: João Dória, do PSDB, consegue votos em toda a cidade, enquanto Haddad, pelo PT, mingua, conquista apenas as seções mais centrais e não se elege. O artigo que segue se estrutura a partir dessa seção, fazendo uma análise descritiva dos padrões de concentração eleitoral paulistanos.

Eleições entre 1985 a 2004: ditando o ritmo “esquerda versus direita”

As primeiras eleições diretas para a prefeitura paulistana após a redemocratização evidenciaram o ritmo que ditou as eleições paulistanas subsequentes. A primeira eleição democrática paulistana aconteceu em 1985. Ela inaugurou a

30 A escolha pela adoção do critério misto entre os dois autores se justifica porque o critério de Power e Zucco (2011) não considerava a totalidade dos partidos, bem como o critério de Mainwaring et al (2000). A mescla dos dois critérios possibilitou a classificação de um número maior de partidos e, por isso, foi adotada neste trabalho.

disputa na capital do estado, estruturando-a nos três polos do espectro ideológico. A direita (caracterizada pelo PDS/PP, o PFL/DEM e o PTB) lança um candidato único, Jânio Quadros (ver Pierucci, 1987). Essa estratégia deliberada tinha como objetivo evitar a divisão de votos no interior do eleitorado desta ponta do espectro. Com sucesso, Quadros é eleito com 37,5% dos votos, espalhados em todas as camadas sociais da cidade (Meneguello e Alves, 1986). O PT, com o intuito de dividir os votos do PMDB/Fernando Henrique Cardoso³¹, lança Suplicy. Com isso, os três pontos do *continuum* ficam preenchidos: o PTB fica com os votos da direita, o PMDB com o centro e o PT com os recentes votos da esquerda³². O cenário delinea-se, grosso modo, como MacIver (1947) propôs anteriormente.

Em 1988, entretanto, há uma reviravolta. Com a fraca candidatura de João Leiva pelo PMDB, Luiza Erundina do PT consegue alcançar os votos da periferia paulistana, mais carente e menos escolarizada, além de captar os votos dos indecisos, essenciais à sua vitória (Muszynski, 1989; Novaes, 1996; Pierucci e Lima, 1991). O centro se mostrou pouco capaz de lançar um representante *sui generis* ao seu eleitorado mediano, o que contribuiu para esvaziar o papel deste partido, que só volta a lançar candidato viável em 2012, com Chalita (que também perde). O PSDB lança José Serra, que tem votação pequena, e a direita lança Paulo Maluf, pelo PDS/PP, que fica com o segundo lugar nas urnas.

Como consequência, é nesta eleição que começa a se delinear a tendência que ditaria o ritmo das eleições paulistanas até 2016: o conflito passa a se dar, essencialmente, entre um partido de esquerda – sendo este sempre o PT – e um de direita, de acordo com os diagnósticos da teoria sociológica (MacIver, 1947 e Lipset, 1967). O lugar da direita, vale notar, é primeiramente ocupado por Paulo Maluf, que se lança candidato e conquista, ao longo do tempo, um eleitorado característico, uma base de apoio de direita, conservadora.

A estratégia malufista de candidatura funciona. É nas eleições de 1992 que o candidato sai como vencedor (37% dos votos no primeiro turno, e 58% no segundo) frente ao candidato do PT, Eduardo Suplicy. A votação de Suplicy (23%, e 41% no segundo turno) cai ligeiramente nas áreas mais carentes da cidade, como apontam Limongi e Mesquita (2008) e, sem o voto periférico ao PT, o PP vence. Vence, sobretudo, nas áreas mais ricas da cidade (Pierucci, 1993), base eleitoral da direita. Ainda que sua votação não tenha crescido tanto entre um 1988 e 1992

31 Como única alternativa ao ARENA durante o regime militar, o PMDB abarcava os votos do centro e da esquerda.

32 Suprimida durante o regime militar.

(menos de 10% a mais), o partido contou ainda com o voto de centro³³. O conflito estabelecido em 1992 foi, portanto, entre os candidatos do PP e PT. Ou, em outros termos, entre a esquerda e a direita, com o centro suprimido. Esse cenário se repete até 2000, quando, a crise no interior do PP o esvazia, dando espaço para o PSDB crescer aos olhos do eleitorado paulistano nas eleições de 2004.

É sintomático, portanto, que ainda em 1996 o PSDB não tenha conseguido abarcar o eleitorado de direita, dado o ainda fortalecido PP. Celso Pitta contava com o apoio de Paulo Maluf à época, o que fez com que PP conseguisse, ainda no primeiro turno, cerca de 48% dos votos, enquanto o PT abarcou pouco mais de 24%. O PSDB ficou apenas com 15% do eleitorado. No segundo turno, eleitores de centro que antes votaram no PSDB, migram quase integralmente para o PP, que consegue, então, 62% dos votos, contra apenas 37% do PT.

Limongi e Mesquita (2008) mostram que em 1996 o eleitorado petista era composto pelas camadas educacionais mais baixas, e seu apelo às camadas mais educadas da cidade era tímido. Neste ano o partido teria adquirido sua face mais popular (Medeiros, 2013). Por outro lado, o PP teria conseguido votos em todas as camadas educacionais, dividindo o topo da pirâmide social com o PSDB. No segundo turno, sem a presença deste partido, o PP conquista o voto desse eleitorado e vence as eleições com Celso Pitta.

Já na eleição seguinte, de 2000, a disputa oscila entre os polos extremos. Direita e esquerda, representados por PT e PP travam majoritariamente a competição, que os leva ao segundo turno e consagra a vitória de Marta Suplicy, do PT, com cerca de 58% dos votos. O eleitorado PTista cresce como um todo, exceto nas camadas mais ricas, a despeito do surgimento de outra alternativa à esquerda (o PSB com Erundina, que consegue apenas 11% dos votos). Maluf consegue o segundo lugar, tendo partilhado o eleitorado à direita com o PFL/DEM, de Romeu Tuma. Limongi e Mesquita (2008) apontam que a crise do PP, com denúncias de corrupção interna, contribuiu para minar o apoio ao partido que, a partir deste episódio, acaba por ceder seu lugar a outras agremiações competidoras. O primeiro sintoma disso teria sido a tentativa, ainda que frustrada, do PFL/DEM ao lançar Tuma, rivalizando com Maluf.

Cabe destacar que em todas as seções, em 2000, Marta foi a mais votada no primeiro turno. Isso implica que o PT consegue ampliar seu eleitorado ao longo de todo o território e todas as camadas, crescendo também, portanto, nos estratos

33 O candidato de centro, Aloysio Nunes, pelo PSDB, não consegue alcançar nem 10% dos votos.

mais escolarizados³⁴. No segundo turno desta eleição, o PT conquista parte do eleitorado do PSDB e do PSB, e vence as eleições.

Nas eleições de 2004, a base do PP já se dissolvera, levando o PSDB a herdar seu eleitorado (Jacob *et al*, 2012). Este partido consegue votos em todo o eleitorado, fazendo com que o PT perca parte de seu apoio, ao menos nesse pleito. Entretanto, como apontam Limongi e Mesquita, a margem de vitória do PSDB sobre o PT foi pequena, não sendo possível afirmar que o partido tenha vencido sem competir acirradamente com seu adversário à esquerda.

O principal ponto sobre a eleição de 2004 é que ela espelha a competição de 2002. Para o Executivo Nacional, Lula, com mais de 45% dos votos, leva Serra (23%), do PSDB, ao segundo turno. O candidato petista conquista vitória com mais de 61% dos votos. Inversamente, para o governo do estado de São Paulo, Alckmin, do PSDB, sai a frente de seu opositor petista, Genoíno, com 38% dos votos. O psdbista leva vantagem no segundo turno, quando consegue 58% dos votos, frente a 41% dos votos de Genoíno. Ou seja, a disputa eleitoral em 2002 se polarizou em torno de dois partidos, PT e PSDB: o primeiro representando um eleitorado mais à esquerda, já o segundo contemplando parte da classe média e as classes mais altas. Em 2004, em São Paulo, o mesmo acontece. O PSDB penetra com facilidade nas camadas escolarizadas, e o PT nas de baixa renda e escolaridade. Cabe às classes médias decidir quem se elege e, nessa eleição, o contemplado é o PSDB com José Serra, que faz 50% e, no segundo turno, 54% dos votos contra os 41% (turno 1) e 45% dos votos de Marta, pelo PT.

A eleição de 2004 foi a última explorada por Limongi e Mesquita (2008). A análise do período mostra que, como Izumi (2017) apontou, o eleitor paulistano, independente da sua escolaridade, conseguiu identificar suas alternativas à esquerda e à direita. Tal constatação torna razoável a suposição de que isso se deveu, grosso modo, a uma identificação do tipo sociológica, como Lipset (1947) e MacIver (1947) afirmaram: eleitores menos escolarizados, no geral, optaram pelo candidato à esquerda, e os mais escolarizados votam pela opção à direita. Ainda assim, vale ressaltar, a vitória fica com o partido que consegue extravasar suas bases “cativas”, ou seja, quando um partido consegue conquistar votos de outras partes do espectro que não apenas a sua, como a teoria sociológica atesta.

34 Ainda que não seja possível afirmar se isso se deve, neste pleito, à expansão do eleitorado petista, contrariando a teoria sociológica, ou se seria resultado da candidatura de Marta Suplicy, numa hipótese mais alinhada com a teoria psicossociológica. Essa observação é pertinente porque tal fato não perdura ao longo do tempo: em 2008 o PT e Marta não conseguem extravasar seu eleitorado característico: as camadas mais baixas.

Mapeando eleições e bases eleitorais: os pleitos de 2008 a 2016

Ao fim, Limongi e Mesquita (2008) lançam a dúvida sobre como seriam as competições subsequentes e se os padrões que encontraram perdurariam. Como se dariam as disputas de 2008 em diante? Como cada partido vence, e com qual eleitorado cada partido fica? O objetivo desta seção é explorar o padrão espacial de competição nos pleitos de 2008, 2012 e 2016 no município. Os dados serão apresentados por seção, isto é, para cada uma das urnas da cidade, possibilitando captar movimentos sutis do eleitorado que passariam despercebidos caso a unidade de análise fosse mais agregada³⁵.

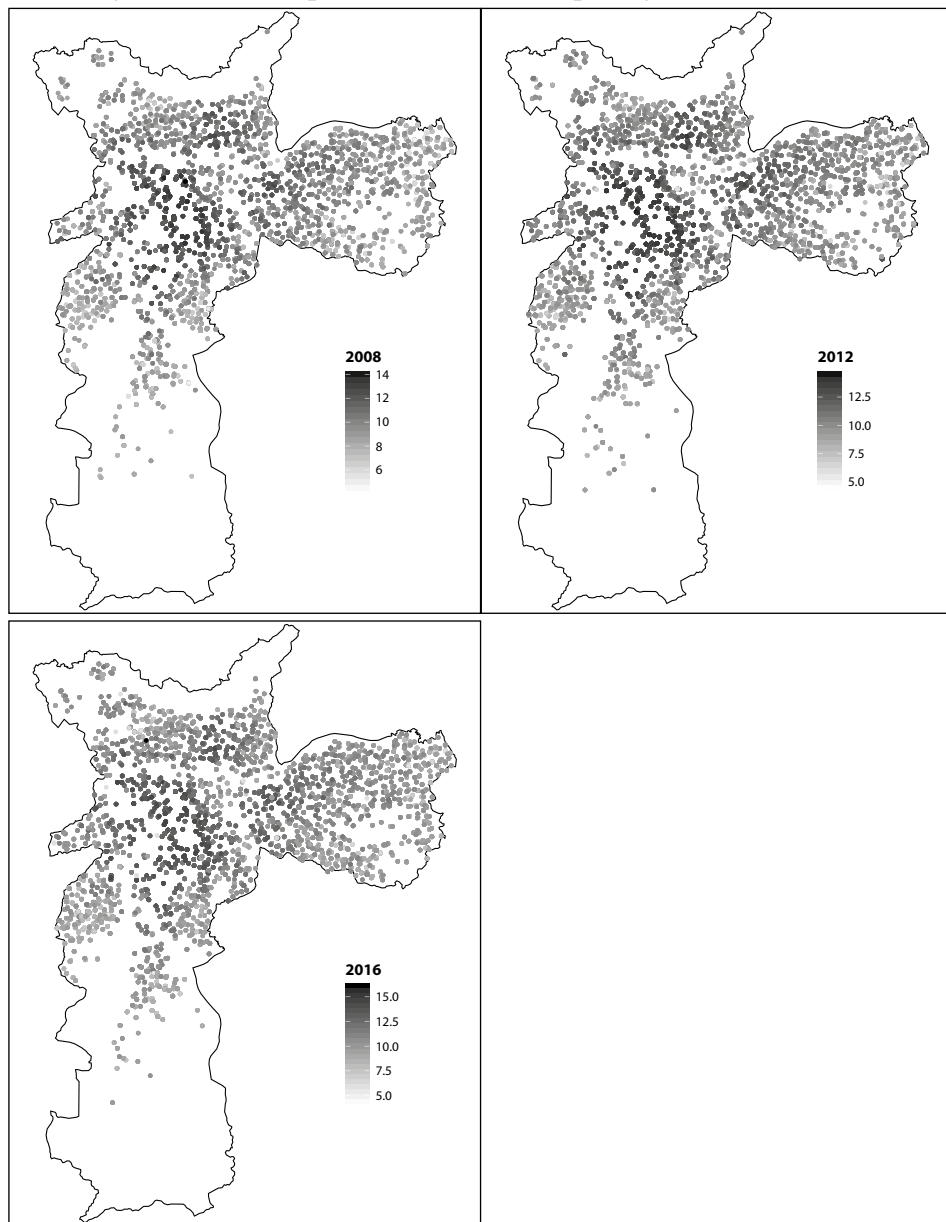
Outrossim, dados sobre a escolaridade do eleitorado também serão apresentados na menor unidade possível. Para fins de análise, as informações apresentadas pelo TSE em categorias de escolaridade foram recodificadas³⁶ e serão apresentadas em anos médios de estudo por seção. Esses dados serão utilizados para evidenciar a tendência média de escolaridade do eleitorado por seção, e também como uma *proxy* de renda (como fazem Braga & Pimentel Jr, 2011), dado que quanto maior o nível de escolaridade do eleitor, maior a probabilidade que sua renda seja também maior (ver discussão de Salvato, Ferreira, & Duarte, 2010). Essa informação é útil porque, como aponta Pierucci (1989), a cidade é dividida em áreas socialmente homogêneas de forma que, ainda que existam particularidades, é possível fazer inferências sobre as tendências “regionais” do eleitorado e, portanto, sobre o perfil das bases de voto de cada candidato do longo do território. O mapa abaixo mostra a distribuição da média de escolaridade do eleitorado por seção nos três pleitos que

35 Para tal foram georreferenciadas todas as seções eleitorais dos três anos, 2008, 2012 e 2016. Os dados de locais de votação são disponibilizados pelo TSE, e a base de coordenadas geográficas utilizadas é a do *Google Maps*. Essas informações foram plotadas no arquivo geográfico formato *shape* disponibilizado pelo Centro de Estudos da Metrópole. Nesse processo de georreferenciamento houve uma perda média de 0,8% das seções eleitorais por impossibilidade de encontrar as coordenadas do endereço da seção.

36 O TSE classifica os eleitores em oito diferentes categorias para mensurar escolaridade que foram recodificadas da seguinte forma: 1) Analfabetos: nenhum ano de escolaridade; 2) Lê e escreve: 1 ano de estudos; 3) Fundamental incompleto: 5 anos; 4) Fundamental completo: 9 anos; 5) Ensino médio incompleto: 11 anos; 6) Ensino médio completo: 12 anos; 7) Superior incompleto: 14 anos; e, por fim, 8) Superior completo: 16 anos de estudo. O procedimento metodológico adotado para captar a escolaridade da seção eleitoral foi o seu ponto médio, dado que a variância no interior das seções é pequena. Assim, pesou-se a escolaridade média da seção pelo número de eleitores registrados nesta mesma seção. Vale apontar que o próprio TSE aponta que este dado não é atualizado, captando apenas a tendência, mas não o movimento real da escolaridade do eleitorado uma vez que alterações sobre eleitores já cadastrados no TSE só são feitas em eventuais procedimentos de recadastramento eleitoral.

serão analisados neste trabalho: 2008, 2012 e 2016 para o município de São Paulo. É possível perceber a considerável estabilidade da educação do eleitorado no interior das seções, sendo os três mapas muito parecidos entre si.

Distribuição do eleitorado por escolaridade média por seção – 2008, 2012 e 2016

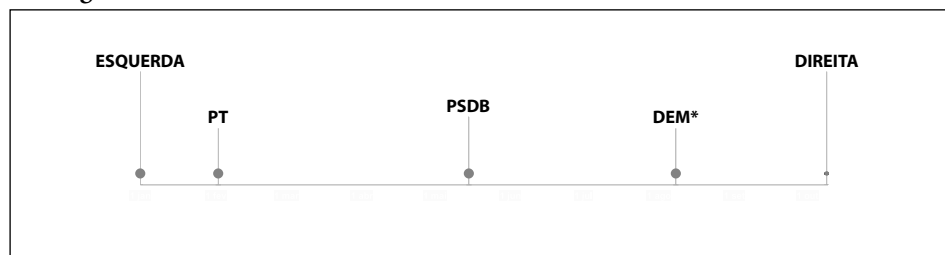


Fonte: TSE. Elaboração própria.

Em linhas gerais, a distribuição do eleitorado ao longo do território de acordo com sua renda e escolaridade permanece estável ao longo dos três pleitos: o centro expandido ocupa sensivelmente o topo da pirâmide social, abrigando as camadas mais ricas e escolarizadas da cidade; no começo da zona leste e da zona norte moram os eleitores de renda e educação mediana, enquanto as áreas periféricas ocupam a base da pirâmide, isto é, concentram eleitores de baixa renda e baixa escolaridade.

Dito isto, a análise do resultado das eleições de 2008 segue ao encontro das análises dos pleitos anteriores. Nesse episódio a eleição foi travada entre o PT com Marta, o PSDB com Alckmin, e um novo ator em comparação com 2004: o antigo PFL, agora DEM, na figura de Kassab. Estes candidatos obtêm, em primeiro turno, respectivamente 32%, 22% e 33,6% dos votos paulistanos. A distribuição relativa dos três maiores partidos concorrentes em 2008 mostra que o PT era o único concorrente viável à esquerda; o centro não contava com um partido caracteristicamente de centro, mas dada a candidatura de Kassab pelo DEM, o PSDB foi deslocado para tal posição.

Distribuição dos maiores partidos concorrentes ao Executivo Municipal no espectro ideológico – São Paulo – 2008



* Partido vencedor

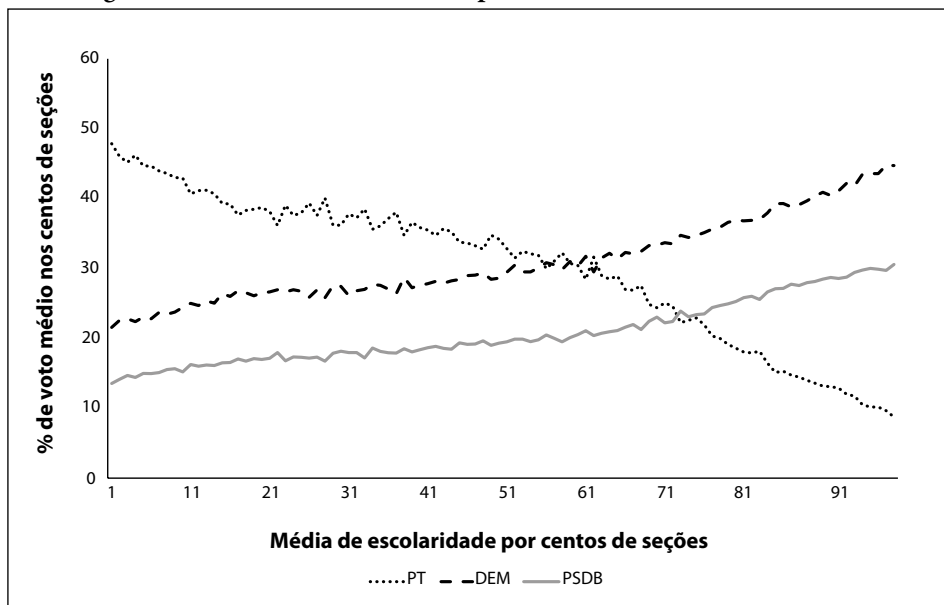
Fonte: TSE. Elaboração própria.

Tendo isso em vista, a distribuição dos votos considerando a escolaridade do eleitor evidencia que o DEM e o PSDB têm eleitorado bastante semelhante, mas o DEM sai à frente, com 33% dos votos, enquanto Alckmin conquista apenas 22%. Já o PT conquista votos majoritariamente entre os menos escolarizados, sendo que sua distribuição de votos no eleitorado é exatamente inversa à distribuição dos votos do DEM. A correlação³⁷ entre a média da escolaridade

37 Foi utilizada a coeficiente de correlação de Pearson, cujos resultados variam entre -1, 0 e 1, onde 0 reflete nenhuma associação linear entre variáveis, 1 a variação perfeita e -1 a variação inversa.

na seção e o voto na seção para Marta/PT é de -0,61, enquanto que para Kassab ela é de 0,61. Para Alckmin, pelo PSDB, a correlação de voto e escolaridade é de 0,65. O gráfico abaixo ilustra tal relação.

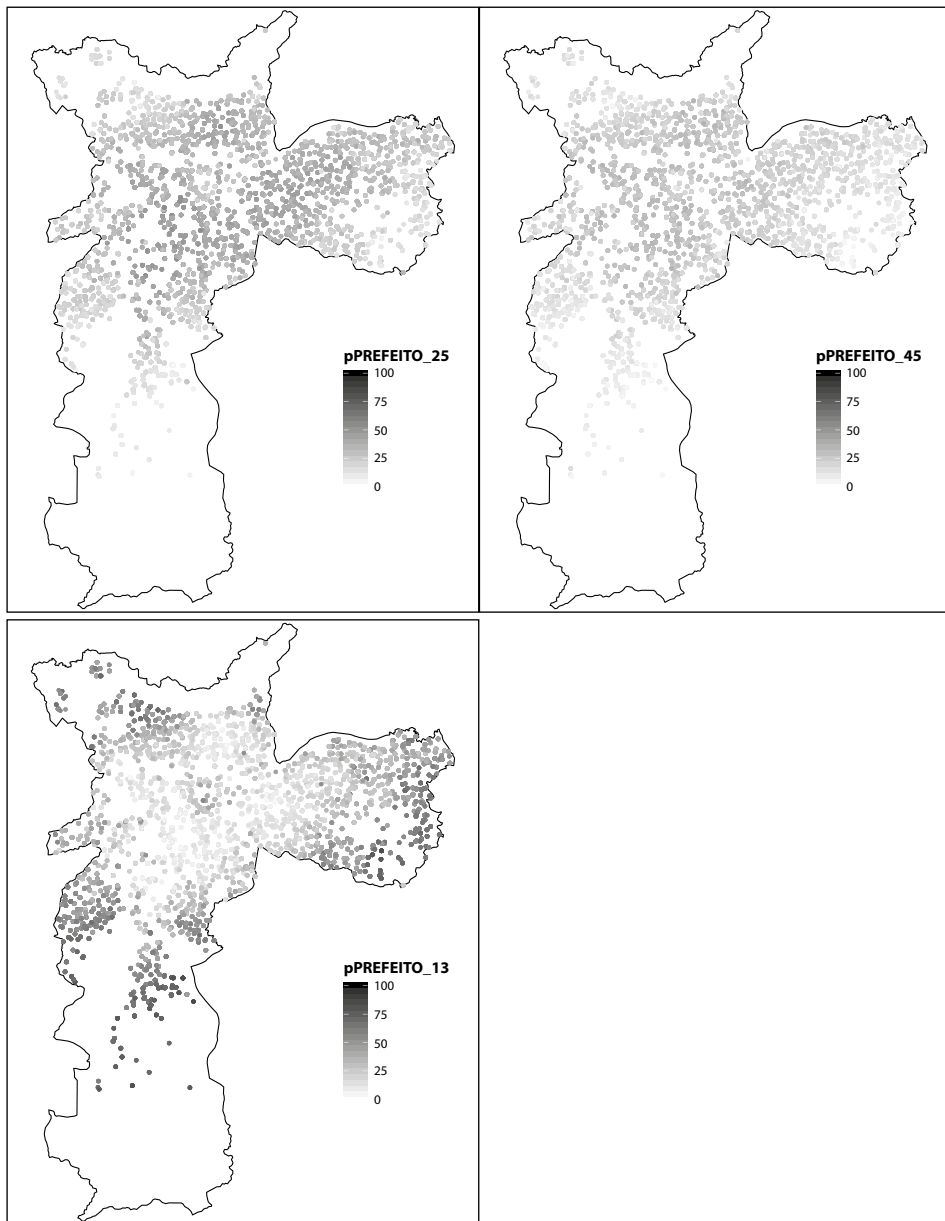
Porcentagem de votos do PT, PSDB e DEM por nível de escolaridade nas urnas – 2008



Fonte: TSE. Elaboração própria.

A análise dos mapas mostra quão similar são as votações do PSDB e DEM em termos espaciais. Entretanto, cabe ressaltar que a não coordenação desses partidos à direita, traduzida no lançamento de duas candidaturas que disputaram um eleitorado em comum para competir com a única candidata competitiva à esquerda, Marta, teve custos reais a esse lado do espectro ideológico: por apenas 1% dos votos o DEM sai à frente do PT.

**Distribuição da porcentagem de votos por seção – Kassab/DEM, Alckmin/PSDB e
Marta/PT, respectivamente – 2008**



Fonte: TSE. Elaboração própria.

De forma espelhada, Marta-PT, conquista o outro lado do espectro. Seu eleitorado é quase o negativo da distribuição dos votos da direita, apontando que ela, candidata da esquerda, conquista, conforme a teoria sociológica, o eleitor de renda mais baixa e menos escolarizado, residente das áreas mais periféricas da cidade. O extremo das zonas leste, sul e norte conferem seu voto ao PT, que obtém nessas áreas mais de 60% dos votos nas seções. Enquanto isso, sua votação no centro expandido e no começo da zona leste é baixa, reafirmando o caráter popular adquirido pelo PT nas eleições de 1996 conforme sugeriram Limongi e Mesquita (2008, p.60).

Nesse ínterim, as eleições de 2008 corroboram e reforçam a tendência das eleições da capital paulista: a disputa é travada entre a direita e a esquerda. Eleitores de direita são mais escolarizados e com renda mais alta e residem no centro expandido da cidade. Por outro lado, os eleitores de esquerda são característicos das regiões mais periféricas, mais carentes e menos escolarizadas. Desse último eleitorado depende o PT, enquanto que do primeiro depende o PSDB e DEM.

A polarização que teria caracterizado a eleição anterior, de 2004, é ligeiramente alterada no pleito de 2008, portanto. Essa alteração se deve à falta de coordenação dos partidos de oposição à esquerda em lançar um só candidato. Se o PSDB pretendia ocupar uma posição de centro frente à candidatura de Kassab à direita, a estratégia não se mostrou eficaz. O que se verifica é que, na verdade, o lançamento de dois candidatos por partidos alinhados com um eleitorado médio (característico do centro do espectro) e também o mais escolarizado (característico da direita, mas também base de voto do PSDB), forçou uma divisão na base de voto composta por eleitores paulistanos à direita/centro³⁸.

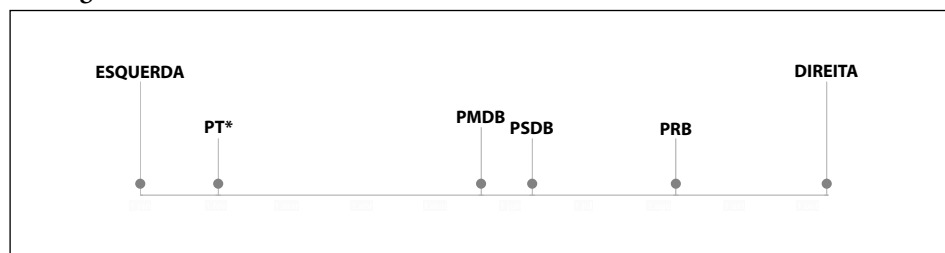
Ainda que não seja possível afirmar que o eleitorado de um teria votado consistentemente no outro candidato caso só houvesse um pleiteante em oposição à esquerda, é possível observar que esse eleitorado está espacialmente sobreposto. Dada a homogeneidade social da cidade é possível afirmar, assim, que tanto os eleitores de Kassab como os de Alckmin são similares em termos socioeconômicos. Como consequência, são distintos do eleitorado petista que leva Marta ao segundo turno, mas não à conquista da prefeitura.

38 Talvez a explicação para tal fenômeno seja contextual dado que José Serra, à época governador pelo PSDB e ex-prefeito, eleito em 2004, apoiava a candidatura de Kassab – que era seu vice no pleito de 2004 – ao mesmo tempo que Alckmin articulava sua candidatura à prefeitura pelo mesmo partido (para mais ver <https://economia.uol.com.br/ultnot/valor/2008/01/22/ult1913u82381.jhtm>).

O segundo turno de 2008 mostra que o PT cresce pouco, conquistando apenas 7% a mais de votos frente ao primeiro turno daquelas eleições. Já o DEM herda grande parte dos votos do terceiro colocado, PSDB, e também do quarto, o PP/Maluf, vencendo com mais de 60% dos votos. A base eleitoral do primeiro turno permanece quase inalterada, não tendo o partido conquistado eleitores de camadas diferentes, caracterizadamente petistas.

Na eleição seguinte ao governo de Kassab, em 2012, o cenário muda. Sem o DEM, a disputa volta a ser travada entre PT e PSDB, desta vez entre Fernando Haddad e José Serra. Mas cabe destaque para o ingresso de dois novos atores na competição: o PRB com Celso Russomano, e o PMDB que, pela primeira vez desde 1996, lança candidatura viável, com Gabriel Chalita. Nesse sentido, a esquerda contava com um candidato estreante (Haddad), o centro contava com o PMDB de Chalita e, além deste, o PSDB e o PRB dividiam o lado direito do *continuum* ideológico.

Distribuição dos maiores partidos concorrentes ao Executivo Municipal no espectro ideológico – São Paulo – 2012

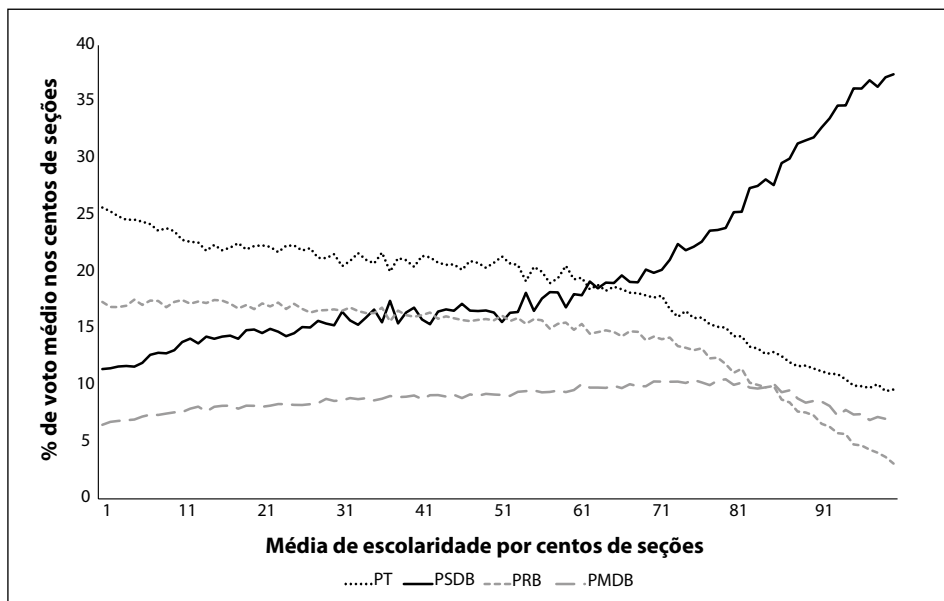


* Partido vencedor

Fonte: TSE. Elaboração própria.

Ainda com a aparente confusão da multiplicidade de atores neste pleito, seus resultados se assemelham ao da eleição anterior. O PT continua à esquerda, conquistando destacadamente o voto menos escolarizado (28% dos votos), o PMDB conquista tímidos 13% dos votos do centro, o PRB consegue 21% dos votos, perdendo um pouco os votos mais escolarizados e o PSDB, com Serra, consegue 30% dos votos, sobretudo nas urnas de maior escolaridade, conforme o gráfico abaixo.

Porcentagem de votos do PT, PSDB e PMDB e PRB por nível de escolaridade nas urnas – 2012

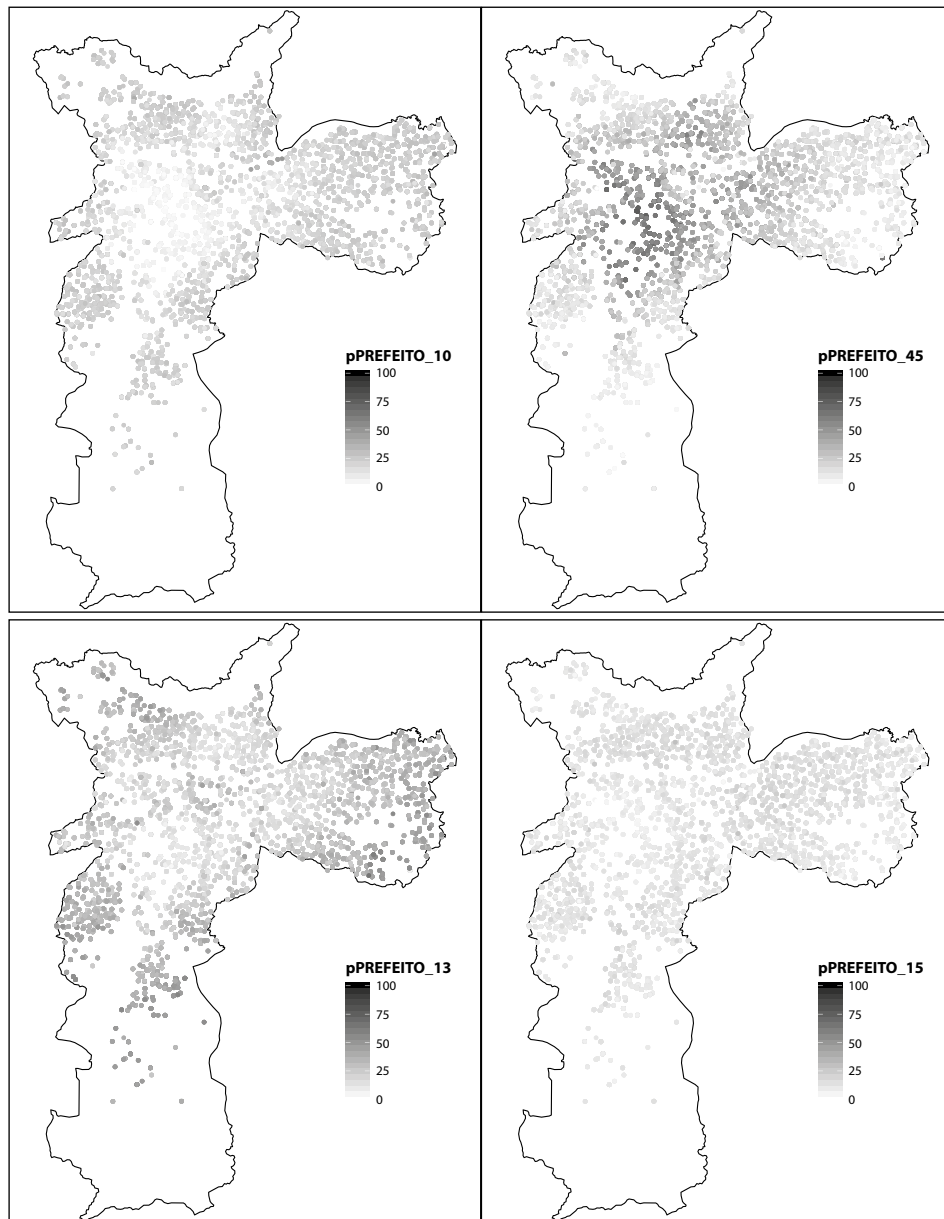


Fonte: TSE. Elaboração própria.

A análise da correlação entre voto e média da escolaridade na seção evidencia que o voto de Serra esteve mais uma vez muito correlacionado com a escolaridade, isto é, o candidato consegue a maior parte dos seus votos nas urnas mais escolarizadas da cidade (correlação de 0,66). Como em 2004, de forma oposta, o PT com Haddad consegue seus votos nas urnas menos escolarizadas, ainda que com um índice ligeiramente menor que na eleição anterior (-0,58), evidenciando que Haddad conquista mais votos entre os mais escolarizados que Marta em 2008. A correlação de Russomano/PRB se assemelha à de Haddad (-0,67), enquanto os votos de Chalita pouco variam com a escolaridade (0,12).

Assim, apesar de ocuparem um mesmo lado do espectro, contraintuitivamente PSDB e PRB não partilham de uma mesma base eleitoral. Como mostra o mapa abaixo, o candidato psdbista segue a tradição da conquista de votos entre os mais escolarizados do centro expandido, com baixa votação entre as camadas mais populares. Já Russomano, pelo PRB, como o PT, tem o mapa oposto: seus votos são conquistados na periferia da cidade, se assemelhando à distribuição espacial do eleitorado petista de 2008, e também deste pleito de 2008, como evidencia a comparação abaixo:

Distribuição da porcentagem dos votos por seção – Russomano/PRB, Serra/PSDB, Haddad/PT e Chalita/PMDB, respectivamente – 2012



Fonte: TSE. Elaboração própria.

Poucas são as diferenças espaciais entre os padrões de voto do candidato petista estreante e Russomano. Haddad consegue conquistar votos no centro da cidade, feito no qual o mapa de Russomano se mostra mais pálido, mas todo o restante é uma questão de contraste. O mapa de padrão de votos de Russomano é como o de Haddad, desbotado. O que cabe reforçar é que não é Haddad que conquista votos de um eleitorado mais à direita, mas Russomano que, apesar de estar em um partido caracterizado como de direita, conquista votos de um eleitorado historicamente associado a partidos e causas à esquerda do espectro ideológico. O mapa de Chalita, do PMDB, mostra que o eleitorado de centro se assemelha geograficamente ao petista, mais do que o eleitor à direita. O partido, entretanto, não consegue se consagrar como alternativa viável, deixando esse eleitorado mais uma vez órfão de uma candidatura *sui generis* e competitiva, com reais chances de vitória (Bizarro Neto, 2013). Essa lacuna deixada pelo centro seria a responsável pela migração do eleitorado de centro em direção a outro candidato – nesse caso, Haddad pelo PT.

Esse talvez tenha sido o diferencial que tenha consagrado a eleição de Haddad no segundo turno em 2012, com 55% dos votos. José Serra fica em segundo lugar, com 44% dos votos válidos. Como sua base de votos não se altera no segundo turno, há evidências para afirmar que Haddad conquista parte dos votos de Russomano, além de parte dos votos de centro. José Serra/PSDB permanece com altas porcentagens entre os mais escolarizados/maior renda, mas não o suficiente para vencer seu oponente.

O pleito de 2012, ao eleger Haddad pelo PT, rompe com oito anos de governos à direita do partido, eleitos em 2000 e 2004. Ainda assim, não é possível afirmar que tal vitória seja uma consequência de uma mudança de base eleitoral do partido. Os dados permitem inferir que o eleitorado de centro, das classes médias e de educação mediana, em parte apoiou o candidato à esquerda em detrimento da direita. Se esta seria uma tendência de comportamento deste eleitorado, somente o pleito seguinte poderia atestar.

A eleição de 2016, entretanto, frustrou os esperançosos com o governo Haddad. Em meio ao terremoto político que o PT enfrentava desde 2015 com denúncias de corrupção e sendo acusado por setores à sua direita, a presidenta Dilma Rousseff foi deposta ao mesmo tempo em que Haddad começava sua campanha pela reeleição. Em meio a esse cenário desfavorável, Haddad viu sua chance de reeleição frustrada. Para além disso, contou ainda a rejeição popular,

que bateu, também em agosto de 2016, 76% segundo pesquisa do IBOPE³⁹. Uma análise detalhada mostra que essa rejeição é patente em todas as faixas de escolaridade, conforme evidencia a tabela abaixo:

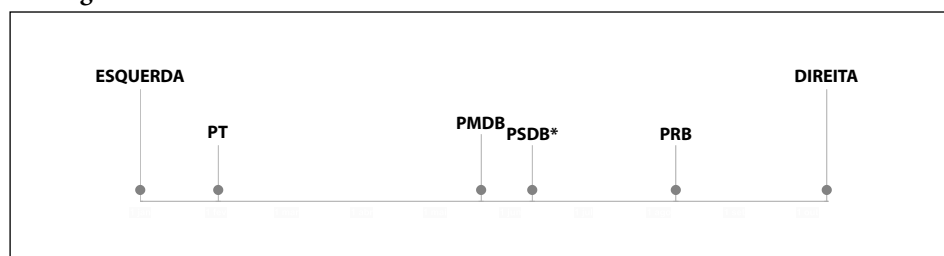
Tabela 1 - Nível de Rejeição ao Governo Haddad – Agosto/2016

Nível de Escolaridade				
	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Ensino Médio	Ensino Superior
Aprova	20%	14%	17%	25%
Desaprova	69%	79%	79%	73%
Não respondeu	11%	7%	4%	2%

Fonte: IBOPE. Elaboração Própria.

Nesse cenário, o PSDB desponta com o estreante na política, João Dória, e o PRB insiste com Celso Russomano. Ambos os candidatos, do PSDB e PRB surgem como alternativas ao candidato da esquerda, rejeitado até pela base social de seu partido, como mostram os dados de rejeição ao seu governo, segundo os quais apenas 20% do eleitorado com ensino fundamental incompleto e 14% daqueles com ensino fundamental completo aprovam sua gestão. O PMDB mais uma vez lança candidato próprio, desta vez com a ex-prefeita e ex-petista, Marta Suplicy. O quadro ideológico relativo destas eleições em muito se assemelha, então, ao de 2012.

Distribuição dos maiores partidos concorrentes ao Executivo Municipal no espectro ideológico – São Paulo – 2016



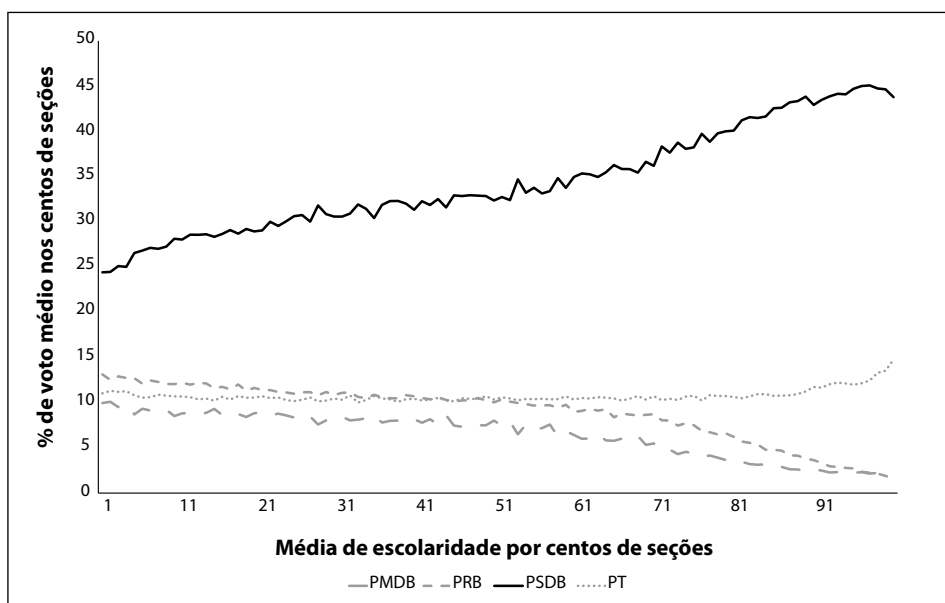
* Partido vencedor

Fonte: TSE. Elaboração própria.

39 Registrada no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo sob o protocolo Nº SP-07072/2016. Período de avaliação entre 19 de agosto de 2016 e 22 de agosto de 2016. O intervalo de confiança dos resultados é de 95%, e a margem de erro de 3 pontos percentuais para mais ou para menos. Disponível em http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_0575_1_SAO_PAULO_Relatorio_de_tabelas.pdf.

Com a rejeição de Haddad, não é de surpreender, portanto, a distribuição de votos do candidato, baixa em todas as faixas de escolaridade. Diferente dos demais anos, a correlação de votos dele com a escolaridade é de apenas 0,14, a mais baixa e única positiva da série temporal. Russomano mantém sua correlação, desta vez de -0,69, e Marta consegue correlação de -0,45. O PSDB continua recebendo mais votos, preponderantemente, entre as camadas mais escolarizadas (correlação de 0,6).

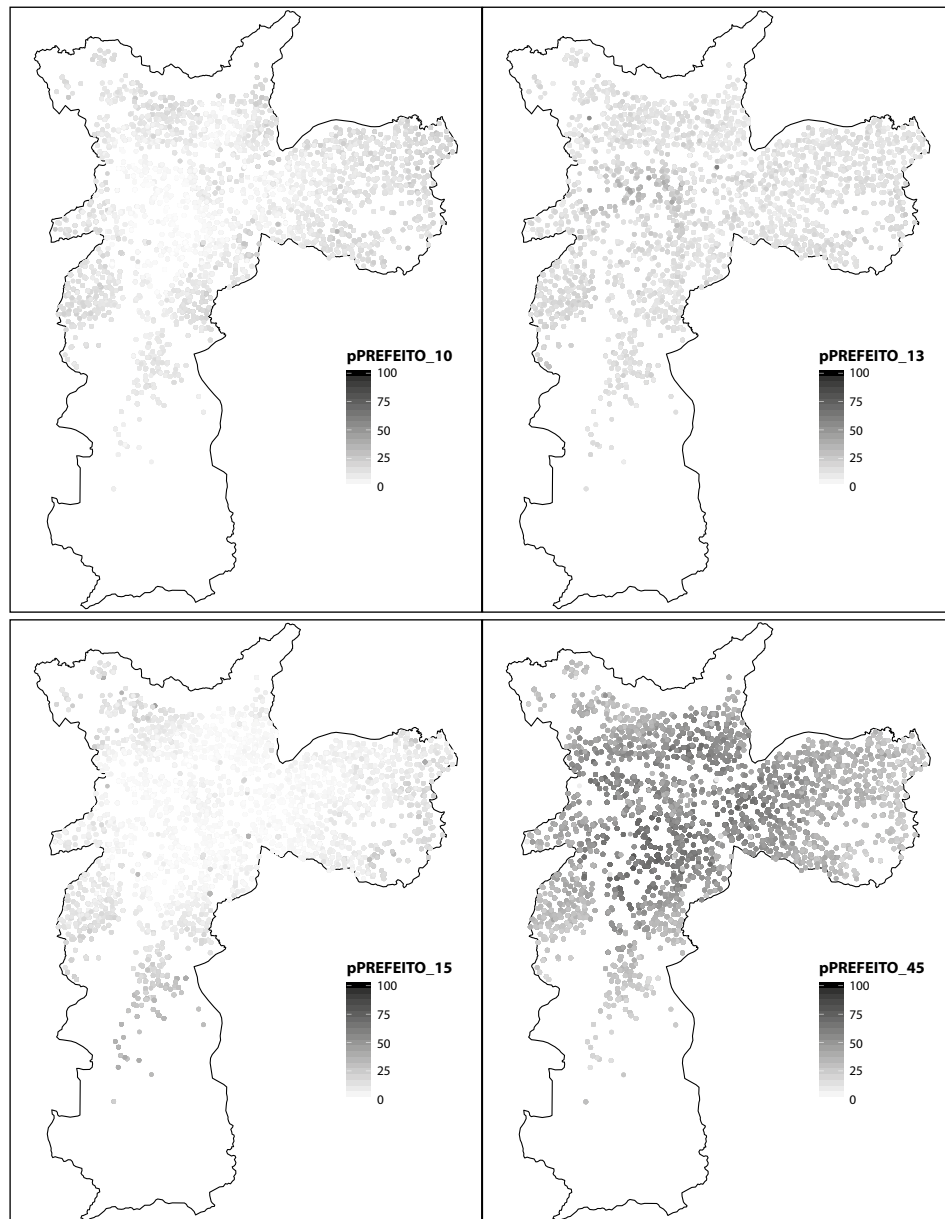
Porcentagem de votos do PT, PSDB e PMDB e PRB por nível de escolaridade nas urnas – 2016



Fonte: TSE. Elaboração própria.

Assim, com apenas 16% dos votos válidos, o PT foi derrotado em primeiro turno por seu oponente, o PSDB/João Dória. Cabe ressaltar que a última eleição com turno único na capital tinha sido em 1988, quando Erundina, também pelo PT, foi eleita com quase 30% dos votos contra Maluf, pelo PP. Nesse pleito, o PT não contou com o apoio de sua base eleitoral tradicional, com quem contava desde 1996: um eleitorado de baixa renda, e pouco escolarizado. Pelo contrário, sua votação “mais expressiva” – e ainda assim, pouco expressiva – foi conquistada no centro da cidade: mas ainda assim, poucas foram as seções nas quais o candidato conseguiu mais de 30% dos votos frente aos demais candidatos. O mapa abaixo ilustra tal quadro:

Distribuição da porcentagem dos votos por seção – Russomano/PRB, Haddad/PT, Marta, PMDB e João Dória/PSDB – 2016



Fonte: TSE. Elaboração própria.

O eleitorado caracteristicamente petista, de renda baixa e níveis de escolaridade baixos, residente em sua maioria nas áreas periféricas da cidade, ficou dessa vez dividido entre a candidatura de Marta, pelo PMDB, e de Russomano, pelo PRB. Ainda assim, cabe ressaltar que Marta obteve apenas 10% dos votos válidos, e Russomano 13%. Juntos, portanto, totalizam 23% dos votos válidos, que corresponde a um montante ligeiramente menor que o PT consegue, por exemplo, na sua votação de primeiro turno em 2012 (28% dos votos, com Haddad), mas com um eleitorado geograficamente semelhante.

Vale ressaltar que, apesar do resultado, Russomano assustou tanto as candidaturas de Marta quanto de Dória às vésperas da eleição. Pesquisas de opinião⁴⁰ apontavam que ele liderava as intenções de voto na capital com cerca de 40%, enquanto Marta e Dória estariam disputando o segundo lugar (de um possível segundo turno), com 24% e 20% da intenção de votos, respectivamente.

O susto, entretanto, teve resultados na campanha dos demais concorrentes. Pesquisas de boca de urna⁴¹ apontavam que Dória havia conseguido dobrar suas intenções de voto, passando de 24% para 48%. Haddad também cresce, sendo o preferido por 13% dos entrevistados. Marta não teve o mesmo sucesso, caindo para 11%, enquanto Russomano despenca para 14% das intenções. Os resultados se mostraram consistentes com as pesquisas, ainda que os números finais variem frente aos encontrados pela pesquisa no dia das eleições.

Tabela 2 - Resultado das Eleições Municipais de São Paulo - 2016

Partido	N.	Candidato	Votos Nominais	Situação	% Válidos
PSDB	45	João Doria	3.085.187	Eleito	53,29
PT	13	Fernando Haddad	967.190	Não eleito	16,7
PRB	10	Celso Russomanno	789.986	Não eleito	13,64
PMDB	15	Marta Suplicy	587.220	Não eleita	10,14

Fonte: TSE. Elaboração própria.

40 Registrada no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo sob o protocolo N° SP-01493/2016. Período de avaliação entre 10 de setembro de 2016 e 13 de setembro de 2016. O intervalo de confiança dos resultados é de 95%, e a margem de erro de 3 pontos percentuais para mais ou para menos. Disponível em http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_0575-2_S%C3%83O_PAULO%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas.pdf.

41 Registrada no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo sob o protocolo N° SP 01040/2016. Avaliação em 2 de outubro de 2016. O intervalo de confiança dos resultados é de 99%, e a margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Disponível em <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/em-sao-paulo-pesquisa-boca-de-urna-mostra-joao-doria-no-limite-de-ganhar-no-primeiro-turno-ou-de-enfrentar-haddad-no-segundo-turno/>.

A análise da distribuição de votos de Dória evidencia seu sucesso nas urnas, sendo o primeiro candidato eleito em primeiro turno desde 1988. O psdbista teve votos em toda a cidade, e em todas as camadas sociais. A exceção foram os extremos da zona sul, zona leste e do extremo noroeste da cidade, áreas nas quais Marta e Russomano concentraram seus votos. Comparada às demais distribuições de votos do PSDB na capital paulista, João Dória e o PSDB, em 2016, conseguiram um marco para o partido. Ainda que o PT tenha ficado em segundo lugar, sua base de votação se alterou radicalmente quando comparada à dos anos anteriores, descaracterizando o partido enquanto representante de esquerda aos olhos do eleitorado, ao menos neste pleito. Como consequência, Dória conquista setores do eleitorado que o PSDB nunca havia conseguido antes.

É provável que tenha contribuído para isso, claro, a situação nacional que o PT enfrentava, com o *impeachment* de Dilma e denúncias de corrupção entre seus partidários, e ainda a crise econômica pela qual passa(va) o país, com altos índices de desemprego desde 2014. Entretanto, não é possível afirmar em que medida tal alteração da base petista se deve a esse cenário amplo, ou às avaliações negativas da gestão Haddad como apontam as pesquisas de opinião. Nesse sentido, explicações psicossociológicas (Campbell *et al*, 1960) poderiam traduzir o caso: João Dória, um candidato de forte apelo “antipolítico”⁴² vence num momento de crise da própria classe política e, sobretudo, do PT.

Assim, a eleição de 2016, em uma medida, bagunçou o quadro eleitoral que vinha se delineando desde a vitória de Marta, quando a ex-prefeita conquista setores populares da cidade e consagra o PT como a única alternativa viável desse lado do espectro ideológico. Mas, por outro lado, o padrão de votação da cidade quando se considera apenas a distribuição dos partidos no espectro continua funcionando. Dos nove pleitos que ocorreram entre 1985 e 2016, a esquerda venceu apenas três, enquanto a alternativa à direita – com ênfase para destacar a posição relativa dos partidos vencedores no interior de cada um dos pleitos – conquistou seis deles.

42 Ver mais em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1818866-cronica-da-campanha-com-discurso-antipolitico-doria-dividiu-seu-partido-mas-cresceu-com-a-tv.shtml>.

Tabela 3 - Partidos vencedores das eleições municipais de São Paulo entre 1985 e 2016 e sua posição relativa no espectro ideológico

Ano	Eleito	Partido	Localização no espectro
1985	Jânio Quadros	PTB	Direita
1988	Luiza Erundina	PT	Esquerda
1992	Paulo Maluf	PP	Direita
1996	Celso Pitta	PP	Direita
2000	Marta Suplicy	PT	Esquerda
2004	José Serra	PSDB	Direita
2008	Gilberto Kassab	DEM	Direita
2012	Fernando Haddad	PT	Esquerda
2016	João Dória	PSDB	Direita

Fonte: TSE. Elaboração própria.

Salta aos olhos, também, a frequência de vitórias da esquerda e direita, considerando a alternância delas: ainda que a série temporal seja relativamente curta, o padrão até agora foi de uma vitória da esquerda para duas da alternativa à direita. Seria ousado afirmar que essa é uma tendência que ditará as próximas eleições da cidade, mas inocente não chamar a atenção para esse padrão, ainda que discreto. Não se pretende, portanto, traçar uma previsão sobre como se darão os próximos pleitos, mas apontar que, grosso modo, existe uma perenidade no padrão. Se ela perdurar, apenas resultados futuros poderão atestar.

Apontamentos finais

A disputa pela Prefeitura de São Paulo, desde a redemocratização, segue, em linhas gerais, se estruturando entre a direita e a esquerda. Esses dois extremos do espectro ideológico foram, ao longo dos anos, sendo preenchidos sistematicamente pelo PT, representando os setores à esquerda da cidade, e outro partido à direita. Esse papel já fora preenchido pelo PP, mas desde sua crise foi uma vez ocupado pelo antes fortalecido DEM⁴³, e também pelo PSDB, tal qual a competição pelo Executivo Federal desde 1994.

Tradicionalmente, os partidos à esquerda têm sua base de votos nos bairros mais periféricos da cidade, onde mora o eleitor mais carente e menos escolarizado. Por outro lado, os competidores da direita têm base no centro expandido e início da zona leste, locais de residência dos eleitores mais escolarizados e de

43 O DEM foi, em 2011, dividido, originando o PSD.

classes média e alta. Nesse sentido, não é surpreendente a constatação de quem vota em quem em São Paulo, em consonância com as proposições da teoria sociológica e da escolha racional do voto.

As exceções ficam por conta de Russomano pelo PRB em 2012 e 2016, e pelas eleições de 2016: contraintuitivamente, o PRB, um partido de direita, obtém votos periféricos, e o PT com Haddad, à esquerda, não consegue ir além do centro da cidade; Dória, por outro lado, consegue votos em toda a capital. Com a base eleitoral “errada”, apenas Dória – evocando para si o perfil de “não político” –, em meio ao caos político que se instaurou no país, vence com folga ainda em primeiro turno. Essa vitória espelha as explicações psicossociológicas da “Escola de Michigan”, já que Dória teria feito apelo “afetivo” ao eleitorado, influenciado pela crise política do país, encabeçada pelo PT e sua presidente deposta. Salta aos olhos a pequena quantidade de vitórias da esquerda na história da prefeitura da cidade. Em todas elas, a vitória dependeu da conquista de bases que não são caracteristicamente suas. Esse mesmo comportamento eleitoral foi o que concedeu a Dória a vitória em primeiro turno em 2016 pelo PSDB.

O objetivo deste artigo foi mapear as bases eleitorais a partir de padrões de concentração de votos no município de São Paulo. Se eleitores mais carentes e menos escolarizados votam à esquerda e os mais escolarizados e abastados votam à direita, como defendeu a teoria sociológica do comportamento eleitoral, cabe aguardar como se darão as próximas eleições após o fenômeno Dória e os desdobramentos da política nacional, com o *impeachment* da ex-presidenta, eleita pelo PT, e a crise econômica que se iniciou em seu governo.

Referências Bibliográficas

- BIZZARRO NETO, F., 2013. *PMDB: Organização e Desenvolvimento em São Paulo (1994- 2010)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – São Paulo: Universidade Estadual de Campinas.
- BRAGA, M. do S. S. & Pimentel Jr, J., 2011. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, 17(2), pp:271-303.
- CAMPBELL, A. & Center, U. of M. S. R., 1960. *The American Voter*. University of Chicago Press.
- CARREIRÃO, Y. de S., 2002. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Editora da UFSC.
- CARREIRÃO, Y. de S., 2007. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, 13(2), pp:307-339.

- CARREIRÃO, Y. de S., 2008. A eleição presidencial brasileira de 2006: uma análise preliminar. *Política & Sociedade*, 6(10), 91-116.
- CASTRO, M. M. M. de, 1992. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.20, pp.7-19.
- DOWNS, A., 1957. An Economic Theory of Political Action in a Democracy. *Journal of Political Economy*, 65(2), pp:135-150.
- FIGUEIREDO, M. F., 1991. *A decisão do voto - democracia e racionalidade*. Anpocs.
- INGLEHART, R. & Klingemann, Hans-Dieter, 1976. Party Identification, Ideological Preference and the Left-Right Dimension Among Western Mass Publics. In: *Party Identification and Beyond: Representations of Voting and Party Competition*, Edited by Budge, Ian; Crewe, Ivor; Farlie, Dennis. New York: Wiley.
- IZUMI, M., 2017. *Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil*. Working paper. São Paulo.
- JACOB, C. R. & Hees, D. R. & Waniez, P. & Brustlein, V., 2012. *A geografia do voto nas eleições para prefeito e presidente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo: 1996-2010*. PUC-Rio. Rio de Janeiro.
- LAU, R. R. & Redlawsk, D. P., 2006. *How Voters Decide: Information Processing in Election Campaigns*. Cambridge University Press.
- LAZARSFELD, P. & Berelson, B. & McPhee, W. N., 1966. *Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign*. University of Chicago Press.
- LIMONGI, F. & Mesquita, L., 2008. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. *Novos Estudos - CEBRAP*, (81), pp:49-67.
- LIPSET, S. M., 1967. *O homem político*. Zahar.
- MACIEL, N., 2014. Padrões espaciais de voto, bases sociais e políticas dos deputados federais brasileiros: um estudo comparado entre PT, PSDB, PMDB e PFL/DEM. *38º Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, 2014.
- MAINWARING, S. & Meneguello, R. & Power, T., 2000. *Bases sociais dos partidos conservadores*. In: *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Paz e Terra.
- MEDEIROS, D. F. de, 2013. *Da classe média à periferia? O PT nas eleições municipais paulistanas (1996-2012)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo 2013.

- MENEGUELLO, R & Alves, R.M., 1986. Tendências eleitorais em São Paulo (1974-1985), in Lamounier, B. (org). 1985: O Voto em São Paulo, in *História Eleitoral*, 1, IDESP.
- MENEGUELLO, R. & Bizzarro Neto, F., 2012. Context and competition in São Paulo politics. *Dados*, 55(1), pp:119-171.
- MUSZINSKY, J., 1989. *As razões de um resultado surpreendente: a vitória de Luiza Erundina. São Paulo*. IDESP, nº 35. 1989.
- NOVAES, C. A. M., 1996. A geografia do voto em São Paulo. *Novos Estudos*. Cebrap. São Paulo. n.45.
- PIERUCCI, A. F., 1987. Um Toque de Classe, Média Baixa. *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap. 14.
- PIERUCCI, A. F., 1989 A direita mora do outro lado da cidade. *RBCS*, 10, vol. 4, jun.
- PIERUCCI, A. F. & Lima, M. O. C., 1991. A direita que flutua. *Novos Estudos*, São Paulo. Cebrap. n.9.
- PIERUCCI, A. F., 1993. São Paulo 92, A vitória da direita. *Novos Estudos*, Cebrap, São Paulo, n.35, pp:94-99.
- SALVATO, M. A. & Ferreira, P. C. G. & Duarte, A. J. M., 2010. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. *Estudos Econômico*. São Paulo, 40(4), pp:753-791.
- SARTORI, G., 1969. Politics, Ideology, and Belief Systems. *The American Political Science Review*, 63(2), pp:398-411.
- SINGER, A., 1999. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. EdUSP.